

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e relatório
dos auditores independentes sobre as demonstrações
financeiras.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como sumário do trabalho que a Rodovias dos Lagos S.A. – (“CCR Via Lagos” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2. Apresentação

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 1996, tendo como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão.

1.3. Destaques do ano de 2023

A Companhia foi eleita a melhor Rodovia do país de acordo com a Pesquisa CNT de Rodovias 2023. A Concessionária recebeu status ótimo em todos os quesitos avaliados tais como: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

2 Estratégia e gestão

2.1. Governança corporativa

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva.

2.2. Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas da Companhia está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional qualificações e oportunidade, que é o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2023 foi em média de 144.

3 Desempenho econômico e financeiro

3.1. Desempenho

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela AGETRANSP, e são reajustadas anualmente no mês de agosto. Em 2023, a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 17,30 para R\$ 17,20 e a Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 28,80 para R\$ 28,70. Nesse ano os indicadores financeiros das tarifas de pedágio sofreram deflação no período de reajuste contratual.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 217.590 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, um acréscimo de 22,64% sobre a obtida em 2022. Esta variação é explicada pelo maior fluxo de veículos na rodovia, superior em 11,55% comparado com 2022.

Neste mesmo ano a Companhia apurou EBITDA no valor de R\$ 143.085, superior em 30,28% e lucro líquido no valor de R\$ 72.836, superior em 47,07% quando comparados com o ano de 2022. Estes acréscimos são explicados pelas maiores receitas operacionais realizadas em 2023.

Durante o exercício de 2023, foram realizados investimentos em melhorias na infraestrutura da rodovia e aquisição de softwares no montante de R\$ 4.200 e de R\$ 9.947 em obras de manutenções das drenagens nas contenções, terraplenos, recuperação do pavimento e sinalização horizontal.

Foi realizado em 2023 o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 58.461, sendo R\$ 10.064 relativos ao lucro não distribuído dentro de 2022, R\$ 47.450 referente ao lucro líquido apurado de janeiro a agosto de 2023 (dividendos intermediários) e R\$ 947 referente a juros sobre capital próprio.

4 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. A Rodovia dos Lagos (RJ-124) ficou em primeiro lugar no ranking nacional da avaliação da 26ª Pesquisa CNT de Rodovias 2023, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). A via administrada pela CCR ViaLagos recebeu status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

Em 2023, a Companhia trabalhou de maneira integrada à visão estratégica de sustentabilidade do Grupo CCR para promover a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Entre as principais iniciativas desenvolvidas estão os programas Caminhos Para a Cidadania e Caminhos para a Saúde. O primeiro promove a formação continuada do professor do 1º ao 5º ano por meio de cursos *on line*, materiais digitais e estratégias pedagógicas pautadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que abordam temas como cidadania, diversidade, educação financeira, segurança no trânsito, preservação do meio ambiente e saúde mental, proporcionando qualificação de educadores para melhorar a qualidade do ensino em sala de aula. Já o Caminhos para a Saúde oferece aos motoristas, passageiros, pedestres e profissionais do volante serviços gratuitos de aferição de pressão arterial, testes de glicemia, colesterol e Índice de Massa Corporal (IMC), massagem circulatória, apoio à saúde emocional e o check up de veículos.

5 Considerações finais

5.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2023.

5.2. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio Bonito, 14 de março de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 – Setor 2 – 17º andar – Centro
20021-290 – Rio de Janeiro /RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20021-290 – Rio de Janeiro /RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Rio Bonito - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.7, 3.14 e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 942 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Ênfase

Chamamos a atenção para as nota explicativa nº 1.1.i. às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia é parte em diversas ações civis públicas, bem como em processos que tramitam no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (“TCE/RJ”), questionando a validade do 8º e 10º aditivos contratuais celebrados entre a Companhia e o Poder Concedente. Tais aditivos, tratam, substancialmente, da extensão do prazo de concessão da Companhia por mais 25 anos (até janeiro de 2047), em função de desequilíbrios contratuais.

Em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da Companhia, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		41.511	49.721
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.262	28.457
Aplicações financeiras	6	414	4.124
Contas a receber das operações	7.1	12.754	9.899
Contas a receber de partes relacionadas	10	2.588	5.390
Tributos a recuperar		1.411	973
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	286	286
Despesas antecipadas e outros créditos		796	592
Não circulante		234.815	235.441
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de partes relacionadas	10	956	723
Contas a receber das operações de derivativos		2.489	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	6.312	6.598
Depósitos judiciais		421	421
Imobilizado	11	10.047	9.430
Intangível	12	214.256	215.532
Infraestrutura em construção	12	266	2.640
Direito de uso em arrendamento		68	97
Total do Ativo		276.326	285.162
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		31.334	251.772
Debêntures	14	174	230.740
Empréstimos	13	45	-
Passivo de arrendamento		56	71
Fornecedores	15	8.107	5.492
Contas a pagar com operações de derivativos		2.977	-
Imposto de renda e contribuição social		11.896	7.676
Impostos e contribuições a recolher		2.135	1.479
Obrigações sociais e trabalhistas		3.389	4.289
Obrigações com o Poder Concedente		103	89
Obrigações fiscais e municipais		1.313	1.073
Contas a pagar de partes relacionadas	10	1.042	523
Outras obrigações		97	340
Não circulante		204.405	7.011
Debêntures	14	124.830	-
Empréstimos	13	72.959	-
Passivo de arrendamento		15	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	5.398	5.805
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.1	17	125
Fornecedores	15	603	314
Obrigações sociais e trabalhistas		583	738
Patrimônio Líquido	17	40.587	26.379
Capital social		12.550	12.550
Reservas de lucros		12.550	13.829
Dividendos adicionais propostos		15.487	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		276.326	285.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	18	198.060	163.763
Custos dos serviços prestados		(44.090)	(44.712)
Custo de construção		(751)	(3.655)
Depreciação e amortização	11 e 12	(8.296)	(8.157)
Custo da outorga	9	(286)	(286)
Serviços		(18.634)	(18.939)
Custos com pessoal		(10.351)	(8.766)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.411)	(1.771)
Outros		(3.361)	(3.138)
Lucro bruto		153.970	119.051
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(19.181)	(17.382)
Despesas com pessoal		(9.664)	(7.712)
Serviços		(3.898)	(4.613)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.625)	(1.104)
Água, luz, telefone, internet e gás		(872)	(786)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(705)	(618)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(460)	(160)
Materiais, equipamentos e veículos		(444)	(383)
Gastos com viagens e estadias		(297)	(202)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(114)	(56)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(113)	(127)
Editais e publicações		(84)	(147)
Despesas legais e judiciais		(37)	(48)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(22)	(4)
Reversão da provisão de perda esperada - contas a receber	7.1	47	(47)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.1	108	(35)
Outras (despesas) receitas operacionais		(1.001)	(1.340)
Resultado antes do resultado financeiro		134.789	101.669
Resultado financeiro	19	(25.791)	(27.756)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		108.998	73.913
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(36.162)	(24.388)
Lucro líquido do exercício		72.836	49.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	72.836	49.525
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	72.836	49.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022		12.550	2.510	1.255	8.161	-	-	24.476
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	49.525	49.525
Destinações:								
Distribuição de dividendo adicional proposto em 25 de abril de 2022		-	-	-	(8.161)	-	-	(8.161)
Distribuição de dividendos intermediários em 21 de novembro de 2022		-	-	-	-	-	(38.227)	(38.227)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(185)	(185)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.064	-	(10.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		12.550	2.510	1.255	10.064	-	-	26.379
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	72.836	72.836
Destinações:								
Distribuição de dividendo adicional proposto em 26 de abril de 2023	17.4	-	-	-	(10.064)	-	-	(10.064)
Distribuição de dividendos intermediários em 30 de novembro de 2023	17.5	-	-	-	-	-	(47.450)	(47.450)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2023 (líquido)	17.6	-	-	-	-	-	(947)	(947)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2023 (IRRF)	17.6	-	-	-	-	-	(167)	(167)
Reserva de retenção de lucros	17.4	-	-	-	8.785	-	(8.785)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	15.487	(15.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		12.550	2.510	1.255	8.785	15.487	-	40.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		72.836	49.525
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(407)	(781)
Apropriação de despesas antecipadas	9	286	286
Depreciação e amortização	11 e 12	8.206	8.087
Depreciação - arrendamento		90	70
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	1	150
Juros e variação monetária sobre debêntures	19	28.735	32.553
Capitalização dos custos de debêntures		(647)	(673)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.1	409	129
(Reversão) Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(47)	56
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		11	-
Rendimento de aplicação financeira		(263)	(525)
Resultado de Operações com Derivativos	19	2.953	-
Valor justo de empréstimos e debêntures	19	326	-
Variação Cambial sobre empréstimos	19	(206)	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(2.808)	(2.133)
Contas a receber de partes relacionadas		2.569	(4.179)
Tributos a recuperar		(438)	(615)
Despesas antecipadas e outras		(20)	15
Adiantamento a fornecedores		(184)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	15	2.904	1.512
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		520	(968)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social		36.446	24.347
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(31.497)	(22.588)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.056)	1.545
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.1	(517)	(94)
Obrigações com o poder concedente		14	15
Outras contas a pagar		(243)	268
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		117.973	86.002
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(2.108)	(1.722)
Adições ao ativo intangível	12	(2.419)	(4.500)
Outros de ativo intangível	12	-	5.797
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	3.973	(1.002)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(554)	(1.427)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures:			
Captações	22.1	124.332	-
Pagamento de principal e juros	22.1	(256.612)	(24.519)
Empréstimos:			
Captações	22.1	72.825	-
Pagamento de principal e juros	22.1	(2.132)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		(58.461)	(47.622)
Pagamento de principal		(2.465)	-
Arrendamento:			
Pagamento de principal		(101)	(77)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(122.614)	(72.218)
(Redução) aumento de caixa equivalente de caixa		(5.195)	12.357
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		28.457	16.100
No final do exercício		23.262	28.457
		(5.195)	12.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“Companhia”), constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, município Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro.

O prazo de concessão inicial de 25 anos, contados a partir de janeiro de 1997, foi aditado entre a Concessionária e o Poder Concedente, por meio do 8º Termo Aditivo Contratual, estendendo por mais 15 anos a concessão (até janeiro de 2037) e, posteriormente, por mais 10 anos (até janeiro de 2047), por meio do 10º Termo Aditivo para reduzir a tarifa de pedágio e incluir cerca de R\$ 200 milhões de investimentos para melhoria da infraestrutura da rodovia. São eles: a implantação do dispositivo metálico de separação de pistas, alargamento da plataforma da rodovia, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas, construção de retornos e travessias de pedestres.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser



proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

i. Ações Populares e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ – 8º e 10º aditivos contratuais

Em 19 de outubro de 2019, foi distribuída Ação Popular questionando a validade de aditivos contratuais 8º e 10º, celebrados pela Companhia que reequilibraram o contrato de concessão por meio da extensão de prazo, tendo como Réus a concessionária, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ, a AGETRANSP bem como determinadas pessoas físicas. A concessionária foi citada em 8 de julho de 2020. Alega o autor popular, em resumo, violação ao princípio licitatório e princípio da temporalidade da concessão.

Em face da decisão que indeferiu o requerimento de tutela de urgência cautelar incidental formulado pelo Autor Popular foi apresentado o agravo de instrumento em 3 de julho de 2020, para o qual o TJ/RJ não concedeu o efeito suspensivo pleiteado. Em 8 de julho de 2021, foi proferido acórdão negando provimento ao agravo de instrumento do Autor Popular.

Na 1ª instância, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ e a AGETRANSP apresentaram a contestação em 18 de agosto de 2020, defendendo plena a validade dos aditivos contestados pelo Autor Popular. Em 27 de agosto de 2020, a concessionária apresentou a sua contestação.

Em 22 de fevereiro de 2021, o autor popular apresentou manifestação (i) requerendo a continuidade da demanda independentemente de um posicionamento do Ministério Público, uma vez que as Promotorias de Justiça intimadas a atuar como *custos legis* informaram não possuir competência e (ii) reiterando seu pedido de tutela de urgência cautelar incidental. Em 16 de março de 2021, foi proferido despacho determinando a manifestação do Ministério Público oficiante do Juízo. Em 21 de maio de 2021, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes em provas. A Companhia apresentou embargos de declaração do referido despacho para esclarecer omissões. Aguarda julgamento.



Os referidos aditivos são também questionados por meio da Ação Popular n.º 0014659-83.2017.8.19.0011. Nesta ação a contestação foi apresentada em 2 de agosto de 2018. Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado petição ratificando a contestação. Em 31 de julho de 2020, o Estado do Rio de Janeiro e o DER/RJ foram citados. Em 28 de outubro de 2020, foi proferido despacho certificando o decurso do prazo para o DER/RJ contestar e determinando a manifestação do Autor Popular.

Em 4 de março de 2021, o Ministério Público apresentou manifestação (i) requerendo a decretação da revelia do DER/RJ, (ii) pugnando pela intimação das partes para que se manifestem sobre os documentos acostados pelo TCE/RJ, (iii) reiterando seu parecer anterior e (iv) requerendo que a documentação acostada pelo TCE/RJ ao processo seja examinada na prova pericial requerida. Em 21 de maio de 2021, o Ministério Público apresentou manifestação requerendo a retificação da decisão para que seja indicado um perito judicial. Em 8 de junho de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração contra a decisão supramencionada e apresentou sua manifestação sobre os documentos acostados pelo TCE/RJ. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos referidos embargos.

Em 4 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, o que foi cumprido pela Companhia. Em 24 de fevereiro de 2022, o Autor Popular requereu, no âmbito da Ação Popular, a suspensão da realização da prova pericial. Em 28 de fevereiro de 2022, a Companhia apresentou impugnação em face do pedido do Autor Popular e, em seguida o Estado apresentou seus quesitos e assistente técnico.

Em 3 de outubro de 2022, assim como a Companhia, o Ministério Público se manifestou requerendo o indeferimento do pedido autoral de suspensão da produção de prova pericial até a conclusão, pelo TCE-RJ, da auditoria sobre a economicidade da extensão do prazo da concessão.

Em 5 de outubro de 2022, a Companhia apresentou petição informando fato novo, a saber, a prolação de acórdão pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo a possibilidade de extensão do prazo do contrato de concessão da Companhia. Aguarda-se apreciação do juízo.

Referidos aditivos contratuais também são objeto de processos que tramitam perante o TCE/RJ. Em 2 de fevereiro de 2022, o TCE/RJ proferiu decisões (i) determinando a instauração de Auditoria Extraordinária para fins de subsidiar o exame do 8º Termo Aditivo, e os termos que o sucederam, bem como (ii) decretando o sobrestamento do reequilíbrio econômico-financeiro empreendido desde a celebração do 8º Termo Aditivo, concluindo pela ilegalidade da extensão do prazo do Contrato de Concessão n.º 43/1996, decisão essa passível de recurso, com efeito suspensivo.

Em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da Companhia, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste – reformando-se, assim, a decisão anterior proferida em 2 de fevereiro de 2022.

A despeito disso, o Plenário entendeu que seria necessário remeter essa análise para a auditoria extraordinária governamental que será conduzida nos autos do processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012.

Em 30 de setembro de 2022, o DER-RJ recebeu ofício do TCE/RJ TSIDS n.º 06 e 07 para prestação de informações que foram solicitadas para a Companhia que providenciou e encaminhou para o DER-RJ em 11 de outubro de 2022.



Em 26 de outubro de 2022, o DER-RJ recebeu novo ofício do TCE/RJ TSIDS nº 08 para prestação de informações adicionais à Auditoria Extraordinária que foram solicitadas para a Companhia que providenciou e encaminhou para o DER-RJ.

Em 8 de novembro de 2022, o TCE/RJ informou ao DER-RJ sobre o encerramento da fase de execução da auditoria.

Em 3 de maio de 2023, o Relator do Processo perante o TCE/RJ Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento proferiu decisão pela comunicação ao DER-RJ, AGETRANSP e Companhia sobre o Relatório da Auditoria e concedendo prazo de 15 (quinze) dias para manifestação.

Em 13 de junho de 2023, a Companhia protocolou a sua manifestação quanto ao Relatório de Auditoria.

Em 4 de outubro de 2023, a Companhia realizou reunião técnica com o CAD – Coordenadoria de Auditoria em Desestatização do TCE/RJ responsável pela avaliação técnica do Tribunal para esclarecimentos dos pontos levantados na manifestação da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2023, o CAD – Coordenadoria de Auditoria em Desestatização do TCE/RJ proferiu parecer confirmando os pontos apresentados no Relatório de Auditoria Extraordinária.

Aguarda-se a remessa do processo ao Relator Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento para inclusão na pauta de julgamento em sessão planária.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 14 de março de 2024, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.



Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;

8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;

12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;

16. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e

20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.



3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.



As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o



impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.



O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.



As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.



O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.



As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que



levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.



Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de Seguro;
- Divulgação de Políticas Contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.



A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 10, 13, 14 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; e (2) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 13, 14 e 20.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 13 e 20.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.



O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Debêntures (a)	16.463	133.029
Empréstimos	8.503	76.012
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	1.042	-
Fornecedores e outras obrigações	8.204	603
Obrigações com Poder Concedente	103	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalente de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	2.235	2.032
Aplicações financeiras (a)	21.027	26.425
Total	23.262	28.457

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	414	4.124
Aplicações financeiras (a)	414	4.124
Total	414	4.124

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,69% do CDI, equivalente a 13,06% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (99,86 % do CDI, equivalente a 12,41% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber das operações

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	12.754	9.899
Contas a receber das operações (a)	12.826	10.018
Provisão para perda esperada - contas a receber (b)	(72)	(119)
Total	12.754	9.899

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e

(b) Refere-se a provisão para perda esperada – contas a receber, esperada pela Companhia.



7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	12.753	9.899
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	72	119
Total	12.826	10.018

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	108.998	73.913
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(37.059)	(25.130)
Efeito tributário das adições e excusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(360)	(185)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(298)	(186)
Juros sobre capital próprio	379	419
Incentivos relativos ao imposto de renda	1.147	672
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1	-
Outros ajustes tributários	28	22
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(36.162)	(24.388)
Impostos diferidos	407	781
Impostos correntes	(36.569)	(25.169)
Alíquota efetiva de impostos	33,18%	33,00%



8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	1.791	1.231
Provisão para participação nos resultados (PLR)	775	517
Provisão para perda esperada - contas a receber	25	115
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	5	42
Arredamento - CPC 06	2	1
Resultado de operações com derivativos	93	-
Tributos c/ exig. Susp Pis e Cofins	374	208
Valor Justo	184	-
Programa de gratificação longo prazo	333	348
Compensação de imposto ativo	(1.791)	(1.231)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(7.189)	(7.036)
Capitalização de juros	(4.432)	(4.396)
Custo de transação de empréstimos	(171)	(114)
Ajuste a Valor Presente	(422)	(342)
Variação cambial	(70)	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14	(2.094)	(2.184)
Compensação de imposto passivo	1.791	1.231
Impostos passivos após compensação	(5.398)	(5.805)
Imposto diferido líquido	(5.398)	(5.805)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Saldos a pagar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante		2023	2022
	2023	2022	2023	2022		
Outorga variável	286	286	6.312	6.598	286	286
Total	286	286	6.312	6.598	286	286

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	3.556	3.556	-	6.680	6.680
Aplicações financeiras	-	-	-	-	560	560
Bancos conta movimento	-	8	8	-	7	7
Contas a receber	-	3.544	3.544	-	6.113	6.113
Outros créditos	-	4	4	-	-	-
Passivo	1.014	125.535	126.549	57	64.173	64.230
Debêntures	-	125.507	125.507	-	63.707	63.707
Fornecedor e contas a pagar	1.014	28	1.042	57	466	523

Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(42)	(42)	-	(145)	(145)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	-	-	-	(39)	(39)
Custos / despesas de serviços prestados - equipamentos	-	-	-	-	(32)	(32)
Custos / despesas - doações	-	(441)	(441)	-	(574)	(574)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(4)	(4)	-	-	-
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(120)	(120)	-	(68)	(68)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(5)	(5)	-	(4)	(4)
Receitas de aplicações financeiras	-	149	149	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	124	-	124	-	125	125
Receitas financeiras	533	-	533	-	520	520
Repasse de custos e despesas - CSC	9.406	-	9.406	6.036	1.537	7.573
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(387)	117	(270)	(165)	(2.225)	(2.390)

10.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores Estatutários	
	2023	2022
Remuneração (a)	(1.111)	3.191
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	1.185
Outros benefícios:	(1.111)	2.006
Provisão para remuneração variável do ano	-	1.111
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(1.111)	836
Previdência privada	-	57
Seguro de vida	-	2
	Diretores Não Estatutários	
	2023	2022
Remuneração (a)	2.937	-
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.163	-
Outros benefícios:	1.774	-
Provisão para remuneração variável do ano	605	-
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano (c)	1.121	-
Previdência privada	46	-
Seguro de vida	2	-

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.



Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	605	1.224

- (a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutário).
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuada a reversão de PPR na Companhia no montante de R\$ 1.111.
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuado pagamento no montante de R\$ 1.121.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	194	2.902	1.237	3.502	7.835	1.908	9.743
Adições	-	-	-	-	-	1.957	1.957
Baixas	-	(12)	(138)	-	(150)	-	(150)
Transferências	-	337	825	180	1.342	(1.376)	(34)
Depreciação	(38)	(725)	(567)	(756)	(2.086)	-	(2.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156	2.502	1.357	2.926	6.941	2.489	9.430
Custo	584	7.316	3.833	8.566	20.299	2.489	22.788
Depreciação acumulada	(428)	(4.814)	(2.476)	(5.640)	(13.358)	-	(13.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156	2.502	1.357	2.926	6.941	2.489	9.430
Adições	-	-	-	-	-	2.395	2.395
Baixas	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Transferências	98	717	6	769	1.590	(1.314)	276
Depreciação	(33)	(688)	(630)	(702)	(2.053)	-	(2.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	221	2.530	733	2.993	6.477	3.570	10.047
Custo	564	7.971	3.733	9.335	21.603	3.570	25.173
Depreciação acumulada	(343)	(5.441)	(3.000)	(6.342)	(15.126)	-	(15.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	221	2.530	733	2.993	6.477	3.570	10.047
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2023	10	12	24	10			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 287 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos divididos pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 11,69% a.a. e 12,42% a.a., respectivamente.



12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Uso de sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2022	219.875	475	545	220.895	4.103	224.998
Adições	-	-	966	966	3.972	4.938
Transferências	4.135	58	(24)	4.169	(4.135)	34
Amortização	(5.786)	(215)	-	(6.001)	-	(6.001)
Outros (b)	(4.497)	-	-	(4.497)	(1.300)	(5.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	213.727	318	1.487	215.532	2.640	218.172
Custo	308.073	2.744	1.487	312.304	2.640	314.944
Amortização Acumulada	(94.346)	(2.426)	-	(96.772)	-	(96.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	213.727	318	1.487	215.532	2.640	218.172
Adições	-	-	1.837	1.837	942	2.779
Transferências	3.316	245	(521)	3.040	(3.316)	(276)
Amortização	(6.012)	(141)	-	(6.153)	-	(6.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	211.031	422	2.803	214.256	266	214.522
Custo	311.389	2.989	2.803	317.181	266	317.447
Amortização Acumulada	(100.358)	(2.567)	-	(102.925)	-	(102.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	211.031	422	2.803	214.256	266	214.522
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20				

- (a) Amortização pela curva de benefício econômico; e
(b) Reembolso de sinistros no valor de R\$ 5.797.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 360 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 438 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 2023 e 2022 foram de 11,69% a.a. e 12,42% a.a., respectivamente.

13. Empréstimo

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023
JPMorgan Chase	USD + 5,88% a.a. (a)	N/I	Junho de 2025	-	-	73.004 (b)
Total						73.004

	2023
Circulante	45
Empréstimo	45
Não Circulante	72.959
Empréstimo	72.959
Total geral	73.004

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 20; e



Garantias:

(b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2025	72.959
Total	72.959

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2023	2022
5a Emissão - Série única	CDI + 2,80% a.a.	3,0762% (a)	1.658	-	Julho de 2023	-	230.740 (b)
6a Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	2,0264% (a)	668	504	Junho de 2025	125.004	- (b)
Total geral						125.004	230.740

	2023	2022
Circulante	174	230.740
Debêntures	508	231.075
Custos de transação	(334)	(335)
Não Circulante	124.830	-
Debêntures	125.000	-
Custos de transação	(170)	-
Total geral	125.004	230.740

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis; e

Garantias:

(b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2025	125.000
(-) Custos de transação	(170)
Total	124.830

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outras obrigações financeiras por ela firmadas. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.



15. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	8.107	5.492
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	6.047	4.294
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	10	5
Cauções e retenções contratuais	2.050	1.193
Não circulante	603	314
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	603	314
Total geral	8.710	5.806

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

16. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões, cíveis trabalhistas e previdenciárias.

16.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Trabalhistas e Cíveis previdenciários		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34	91	125
Constituição	450	65	515
Reversão	(79)	(41)	(120)
Pagamentos	(410)	(107)	(517)
Atualização de bases processuais e monetária	5	9	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	17	17

16.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis	10.745	1.535
Trabalhistas e previdenciários	272	-
Total	11.017	1.535



A Companhia efetua depósitos judiciais para os processos em andamento e em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram contratações de fianças judiciais.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais.

O capital da Companhia está assim distribuído:

	2023				2022			
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
CCR S.A.	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000	99,99%	12.550	17.583.995	17.584.000
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	-	-	-	-	0,01%	-	5	-
	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

17.3. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 10% do capital social, o qual já foi atendido.

17.4. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento do saldo de lucros restantes após as destinações, no montante de R\$ 10.064, correspondente a R\$ 0,28618288842 por ação, inicialmente destinado a reserva de retenção de lucros. O pagamento foi realizado em 26 de abril de 2023.

17.5. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

Em 9 de novembro de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho da Administração, o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2023, no montante de R\$ 47.450 correspondentes a R\$ 1,34924070348 por ação, à conta da totalidade dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2023 e 30 de setembro de 2023. O pagamento foi realizado em 30 de novembro de 2023.



A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 15.487, relativo aos lucros apurados no exercício de 2023.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	72.836
(-) Constituição de reserva estatutária e legal	-
Lucro líquido ajustado	72.836
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	18.209
Total dividendos intermediários pagos	(47.450)
Total de juros sobre capital próprio pagos	(1.114)
Total dos dividendos adicionais propostos a pagar	(15.487)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	(64.051)

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação dos dividendos intermediários, dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

17.6. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022, (deduzido ou acrescido, pro *rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 1.114, correspondentes a R\$ 0,03168921576 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 947 correspondente a R\$ 0,02693583343 por ação. Com pagamento realizado em 30 de dezembro de 2023, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exercício social.

18. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	218.341	181.083
Receitas de pedágio	216.455	176.428
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	751	3.655
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	124	125
Receitas acessórias	1.011	875
Deduções de vendas	(20.281)	(17.320)
Impostos sobre receitas	(18.784)	(15.314)
Abatimentos	(1.497)	(2.006)
Receita operacional líquida	198.060	163.763



19. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(45.974)	(32.208)
Juros sobre debêntures e empréstimos	(28.735)	(32.553)
Variação monetária sobre empréstimos	(4.884)	-
Perda com operações de derivativos	(11.409)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	647	673
Valor justo sobre empréstimos	(821)	-
Ajuste a valor presente - arrendamento	(11)	(9)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(761)	(319)
Receitas financeiras	20.183	4.452
Variações cambiais sobre empréstimos	5.090	-
Ganho com operações de derivativos	8.456	-
Valor justo sobre empréstimos	495	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.586	3.900
Juros e outras receitas financeiras	556	552
Resultado financeiro líquido	(25.791)	(27.756)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.



		2023	2022
Ativos	Nível	39.974	48.593
Valor justo através do resultado		23.676	32.581
Caixa e bancos	Nível 2	2.235	2.032
Aplicações financeiras	Nível 2	21.441	30.549
Custo amortizado		16.298	16.012
Contas a receber das operações		12.754	9.899
Contas a receber de partes relacionadas		3.544	6.113
Passivos		(207.960)	(237.498)
Valor justo através do resultado		(207.960)	(237.498)
Empréstimos em moeda estrangeira (a)	Nível 2	(326)	-
Custo amortizado			
Debêntures (a)		(125.004)	(230.740)
Empréstimos em moeda estrangeira (a)		(72.678)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(8.807)	(6.146)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(1.042)	(523)
Obrigações com o Poder Concedente		(103)	(89)
Total		(167.986)	(188.905)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado - A Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), por uma taxa de USD + 5,88% a.a., tendo sido contratado *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 1,60% a.a.. A Administração da Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 72.679 em 31 de dezembro de 2023.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	125.508	128.533	231.075	234.024

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).



20.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2023 têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira e *NDF (Non-Deliverable Forward)* para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo está detalhada a operação vigente em 31 de dezembro de 2023:

Empresa	Risco	Risco coberto
ViaLagos	Swap - riscos cambiais	100% Empréstimo em moeda estrangeira

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra o instrumento derivativo contratado para a Companhia:

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
		Moeda local		Moeda local Recebidos / (Pagos)		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Swap - riscos cambiais		15.000	-	(2.465)	-	(488)	-	(2.953)	-
ViaLagos	2025	15.000	-	(2.465)	-	(488)	-	(2.953)	-
Total		15.000	-	(2.465)	-	(488)	-	(2.953)	-

20.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.4. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.



Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	125.508	(17.146)	(20.882)	(24.619)
Efeito sobre debêntures		(17.146)	(20.882)	(24.619)
CDI	21.751	2.391	2.988	3.584
Efeito sobre as aplicações financeiras		2.391	2.988	3.584
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(14.755)	(17.894)	(21.035)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾: CDI ⁽²⁾ 11,6500% 14,5625% 17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2023 esses compromissos estavam estimados em R\$ 3.342.916 (R\$ 3.261.921 em 31 de dezembro de 2022).

22. Demonstração dos fluxos de caixa

22.1 Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Empréstimos	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Derivativos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo inicial	-	(230.740)	-	-	(101)	(230.841)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(70.693)	132.280	58.461	2.465	101	122.614
Captação	(72.825)	(124.332)	-	-	-	(197.157)
Pagamentos de principal e juros	2.132	256.612	58.461	2.465	101	319.771
Outras variações que não afetam caixa	(2.311)	(26.544)	(58.461)	(2.465)	(71)	(89.852)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	(11)	(11)
Despesas com juros e variação monetária	(2.311)	(26.544)	-	-	-	(28.855)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(58.461)	(2.465)	(60)	(60.986)
Saldo final	(73.004)	(125.004)	-	-	(71)	(198.079)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Luciana Parpinelli de Oliveira	Diretora Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor
Fausto Camilotti	Diretor

Contador

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"RJ